



40ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

Intervenção de Sua Excelência Francisco Ribeiro Telles
Secretário Executivo da CPLP

**26 de fevereiro de 2019
Genebra, Suíça**

Senhor Presidente do Conselho de Direitos Humanos,
Excelências,

A agenda da CPLP tem, nos direitos humanos, uma referência incontornável.

O Primado dos Direitos Humanos é um dos princípios orientadores da CPLP, inscrito na sua declaração constitutiva e nos seus estatutos.

A defesa e a promoção dos direitos humanos constituem valores que perpassam todo o trabalho de nossa organização e estão na base das nossas ações de concertação político-diplomática e de cooperação para o desenvolvimento sustentável.

O gozo e o exercício de todos os direitos humanos, por cada um dos cidadãos dos nossos Estados Membros é, para todos os envolvidos no projeto da CPLP, um horizonte que procuramos conquistar diariamente.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Em 2018 a CPLP juntou-se à celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, organizando um Evento evocativo que juntou dezenas de jovens do espaço da CPLP, da ibero-américa e da francofonia para refletir sobre a atualidade da Declaração nos dias de hoje.

Esse Evento foi resultado de uma ação conjunta que a CPLP iniciou com a OIF, a SEGIB e a Commonwealth, em junho de 2017, ao lançar um Apelo por um Humanismo Universal.

Trata-se de um Apelo a quatro vozes a favor de uma globalização mais justa e sustentável e de uma democracia mundial, solidária e inclusiva, que garanta o primado de valores universais e seja respeitadora da diversidade.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Sabemos que os desafios dos direitos humanos não conhecem fronteiras e por isso a CPLP tem reforçado as excelentes relações que mantém com a Organização das Nações Unidas e as suas agências, concertando bienalmente na Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução que reflete e revalida esta cooperação.

A CPLP pretende continuar a colaborar e a reforçar a sua cooperação com as Nações Unidas, em diversas linhas, designadamente:

- Na promoção do reforço da participação da Organização e dos seus Estados-Membros nos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos;
- No apoio aos esforços legislativos e de capacitação para o estabelecimento e reforço de Instituições Nacionais de Direitos

Humanos (INDH) em todos os Estados-Membros.

- No fortalecimento institucional e na capacitação, na área da defesa e da promoção dos direitos humanos.

A título de exemplo e no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2006, realço a realização dos Seminários promovidos em parceria com esse Comissariado, no Brasil em 2015 e, mais recentemente, em 2018, em Cabo Verde, sobre o mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

A CPLP assumiu, desde a sua criação, um forte compromisso com a juventude, dada a importância que as gerações presentes e futuras têm na defesa dos ideais de cidadania democrática e cultura da paz, bem como na promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, registamos a proclamação do ano de 2019 como Ano da CPLP para a Juventude, cujas atividades se alinham com as disposições da Resolução aprovada pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas na sua 35ª Sessão, e posteriormente reforçada na sua 39ª Sessão, com o Relatório apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, sobre a Juventude e os Direitos Humanos.

Consideramos que é importante continuar a garantir a participação efetiva dos jovens na definição e operacionalização das políticas públicas que os implicam e que se lhes dirigem. Por isso, a CPLP procurará redobrar os seus esforços para garantir o respeito, a proteção e a eficácia dos direitos dos jovens da nossa Comunidade, incluindo todos os aspetos económicos, sociais, culturais, civis e políticos.

Com apoio do Alto Comissariado, pretendemos dar seguimento a estas iniciativas e estimular as sinergias entre os mecanismos de direitos humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Na CPLP já se faz a interseção entre Direitos Humanos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Exemplos disso são:

- A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, assente na consagração do direito humano à alimentação adequada, preceito que já tem tradução legislativa num dos nossos Estados-Membros (Cabo Verde);
- O lançamento anual, em conjunto com a OIT, de campanhas de sensibilização para o Combate ao Trabalho Infantil no espaço da CPLP;
- Ações de formação no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos (em Portugal, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau);
- O desenvolvimento de projetos de fortalecimento da capacidade institucional para a defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência (em Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe);
- O estabelecimento de Redes Especializadas em diferentes áreas da Saúde – designadamente: a Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública; as Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da

CPLP (nos domínios das infeções sexualmente transmissíveis, VIH/SIDA e Malária);

- A tradução para o português do manual “Compreender os Direitos Humanos”, obra de referência, que traz aos operadores jurídicos, aos professores e a todos os interessados nos Estados-Membros, uma nova e importante ferramenta sobre Direitos Humanos, e que contribui para a consciencialização e disseminação de boas práticas nesse âmbito;
- A Rede dos Procuradores-Gerais da República, reforçando a boa governação nos Estados da CPLP, em particular na área do combate à criminalidade transnacional e no combate ao cibercrime.

Outra nota importante prende-se com o esforço da CPLP em contribuir para a experiência democrática dos nossos Estados-Membros, particularmente os que se encontram em estágio de consolidação dos seus sistemas democráticos.

Assim, recordo que a Organização tem enviado, mediante solicitação dos próprios Estados, Missões de Observação Eleitoral da CPLP, que têm sido bem recebidas e aconselhado construtivamente

no processo de edificação de democracias estáveis e maduras.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

A CPLP é fundamentalmente um pacto de amizade. A sua fórmula de construção reside no princípio da solidariedade na diversidade.

O nosso desafio continua a ser claramente o da construção de sociedades plurais, inclusivas, abertas, livres e capazes de proporcionar uma vida digna aos nossos cidadãos.

Somente a decisão política e coletiva de investir na defesa e promoção dos direitos humanos poderá evitar a perpetuação de desigualdades sociais e económicas, e a exclusão de gerações inteiras de beneficiarem de avanços tão arduamente conquistados.

Muito obrigado.